



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 1 AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 28/2019.

TERMO ADITIVO Nº 1 AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 28/2019.

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. [0001885-26.2019.6.22.8000](#).

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 28/2019, FIRMADO ENTRE A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA E A PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/RO, OBJETIVANDO A COMUNHÃO DE ESFORÇOS PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO POSTO DE ATENDIMENTO AO ELEITOR NO MUNICÍPIO.

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/RO**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.254.422-0001/56, com sede na Avenida Brasil, com a Rua Integração Nacional Nº 1997, Cidade Baixa, CEP.: 76935-000, em São Francisco do Guaporé/RO, Telefone(s): (69) 3621-2504/2580/98447-5316/98453-8879, E-mail: gabinete_sfg@outlook.com, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor **JAIME ROBAINA FUENTES**, Prefeito Municipal Interino, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n. 1567408- SSP/RO e inscrito no CPF n. 312.973.072-91, e consoante Ato de Autorização constante no Despacho n. 2128/2020, de 30/12/2020 (evento [0646511](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente **Termo Aditivo**, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Acordo de Cooperação Técnica nº 28/2019 (evento [0470415](#)), por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2021 a 31/12/2021, mantidas as condições e os termos atuais do acordo de cooperação.

DO FUNDAMENTO LEGAL

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 57, § 2º, da Lei 8666/93 e na Cláusula Quarta do Acordo de Cooperação Técnica nº 28/2019/TRE-RO.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Acordo de Cooperação Técnica original, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - O TRE-RO providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.

E por estarem, TRE-RO e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/RO, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, 30 de dezembro de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO	JAIME ROBAINA FUENTES Prefeito Interino do Município de São Francisco do Guaporé/RO
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/12/2020, às 11:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAIME ROBAINA FUENTES, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 11:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 30/12/2020, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 30/12/2020, às 11:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0646691** e o código CRC **A4551ED3**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001885-26.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ASSUNTO: 1ª Prorrogação da vigência. Minuta Termo de Aditivo. Acordo de Cooperação Técnica nº 28/2019 - Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO e TRE-RO – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 297 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado para registrar os atos referente à implantação do Posto de Atendimento ao Eleitor (PAE) no Município de São Francisco do Guaporé/RO, conforme termo de abertura ([0436706](#)).

02. Após regular tramitação, firmou-se o Acordo de Cooperação Técnica – ACT nº 28/2019 ([0470415](#)), entre este Tribunal e a referida Prefeitura Municipal, com objetivo de comunhão de esforços para a instalação e funcionamento do PAE citado, objetivando o atendimento ao eleitor com coleta de dados biográficos e biométricos no município referido, com assunção de responsabilidades próprias de cada partícipe.

03. No Ofício nº 104/2020 – CRE//GAB05ªZE/5ªZE ([0640928](#)), o juiz eleitoral da 5ªZE informa sobre a manifestação de interesse feita pelo prefeito do citado município na renovação do ACT em comento, uma vez que sua vigência terminará em **31/12/2020**, bem como a solicitação de pedido de remoção de servidor do quadro deste Tribunal, consoante eventos [0640944](#) e [0640952](#).

04. Encaminhado os autos à Diretoria-geral ([0641107](#)), a sua titular, mediante Despacho nº 2069/2020 - PRES/DG/GABDG ([0642993](#)), remeteu os autos a COORCE para manifestação e, mediante Manifestação nº 324/2020 –PRES/DG/GABDG ([0644177](#)), expos seu posicionamento contrário ao pedido de disponibilização de um servidor deste Regional no PAE de São Francisco do Guaporé/RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Em seguida, por meio do Despacho nº 201/2020 – PRES/GABPRES ([0644911](#)), o presidente deliberou acerca do requerimento citado, indeferindo-o, oportunidade na qual determinou à Diretoria-Geral para deflagração das providências relativas à prorrogação do ACT nº 28/2019.

06. Diante disso, após Remessa nº 690/2020 – PRES/DG/GABDG ([0645704](#)), o secretário da SAOFC ordenou a SECONT a elaboração da minuta do instrumento contratual, consoante Remessa nº 344/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0646237](#)).

07. Em seguida, a SECONT juntou a minuta do primeiro termo aditivo ([0646241](#)), na qual sua produção foi baseada nas informações constantes no evento 0644911, conforme Remessa nº 502/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT ([0646249](#)).

08. Assim instruídos, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise. É o breve relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

09. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO nº 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

10. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade na contratação do objeto, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

11. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – ANÁLISE JURÍDICA

12. O art. 16 da Lei nº 8.66/93 versa sobre os instrumentos de natureza convencional, a exemplo dos Acordos de Cooperação Técnica, *in verbis*:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

§ 2º Assinado o convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.

§ 3º As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

§ 4º Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

§ 5º As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§ 6º Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos. (sem grifo no original)

13. Da leitura deste dispositivo legal, depreende-se que a aplicação dos ditames da referida norma não é plena, ou seja, incide quando for compatível com a natureza jurídica dos ACTs (“no que couber”, consoante previsão).

14. O art. 57, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (LCC) trata sobre vigência contratual, inclusive estabelecendo restrição temporal. A saber:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; [\(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#)

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração. [\(Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010\)](#)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

§ 3º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses. [\(Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#) (sem grifo no original)

15. Por certo é que o teor do artigo citado não pode ser aplicado de forma irrestrita aos ACTs. Com efeito, o *caput* do mencionado artigo estabelece que "a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários". É sabido que é da natureza do Acordo de Cooperação a ausência de repasse de recursos. Ou seja, não haveria créditos orçamentários a suportar despesas do Acordo pelo simples fato de que não há transferências de recursos decorrentes da relação meramente cooperativa. Nessa lógica, não nos parece obrigatória, no âmbito dos ACTs, a observância à praxe regular aplicável aos contratos administrativos do critério da anualidade (vigência de 12 meses, prorrogáveis).

16. Por outro lado, persiste dúvida sobre o quanto seria possível estender o prazo inicial e eventuais prorrogações dos Acordos de Cooperação, já que não haveria transferência de recursos.

17. Destaca-se que o art. 57, §3º veda expressamente contratos por prazo indeterminado. Desse modo, entende-se que, embora a disposição ser dirigida aos contratos, ela também é aplicável aos Acordos de Cooperação. Isso se justifica devido à necessidade de avaliação das metas e resultados, que neste caso é a existência dos requisitos previsto na Resolução TRE-RO nº 23/2019 e o efetivo atendimento ao eleitor na localidade, o que poderia ser prejudicado com a possibilidade como regra de Acordos de Cooperação por tempo indeterminado.

18. A definição de prazos e metas induz a uma periódica avaliação de conveniência e oportunidade pela Administração da necessidade de manutenção do Acordo de Cooperação. Sendo assim, parece ser importante a previsão de prazo como regra, ainda que não limitado a 12 meses, usualmente utilizado nos contratos administrativos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19. Assim, a possibilidade de sua eventual prorrogação está relacionada às respectivas metas estabelecidas nos ajustes, devendo ser demonstradas, em observância ao dever de motivação dos autos administrativos, razões suficientemente aptas a determinar a prorrogação do prazo.

20. Além disso, não seria razoável, exigir-se a assinatura de novo ACT, uma vez que não haveria a modificação de nenhuma outra cláusula e condições do Acordo vigente. Nesse sentido, faz-se necessário mencionar trecho do Parecer nº 00022/2020/CONJUR-CGU/CGU/AGU, que preconiza:

17. Com efeito, exigir-se a assinatura de novo ACT, a partir da abertura de novo processo administrativo, com os mesmos partícipes **poderia implicar em mera repetição do trabalho, o que pode ser atenuado com o processo de prorrogação de instrumento já existente**, exigindo-se, porém, o respectivo termo aditivo, bem como a complementação e atualização de documentos necessários para a continuidade da relação convencional. Deve-se chamar atenção que, diferentemente dos contratos administrativo, por não haver competitividade ou intuito lucrativo, não haveria necessidade de realização de licitação, mas apenas a necessária instrução dos autos com os documentos relativos ao ACT ou sua prorrogação. **O aproveitamento dos atos já existentes seria medida que homenageia o princípio constitucional da eficiência (art. 37 da CF/88)**, o que denota sua compatibilidade com o ordenamento vigente.

18. **Enquanto permanecesse interesse da Administração** e desde que observadas as exigências instrutórias necessárias à assinatura dos Acordos de Cooperação, em nosso entender, a legislação aplicável não impede a contínua prorrogação do ajuste (a cada 60 meses, por exemplo), conciliando a um só tempo a existência de prazo compatível com o planejamento previsto no Plano de Trabalho e ao mesmo tempo a economia no uso dos recursos públicos, **evitando-se repetição indesejada de atos administrativos e excessos burocráticos**. (Sem grifo no original)

21. É possível depreender-se dos autos que o requerimento é lícito e juridicamente possível, além de buscar a conjugação de esforços dos cooperantes para sua execução, e ainda, é consonântico com as atividades institucionais dos órgãos celebrantes.

22. No tocante à minuta do Primeiro Termo Aditivo juntada aos autos ([0646241](#)) encontra-se, sob o aspecto formal, em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não necessitando de reparo em sua fundamentação. Assim, está apto a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

IV – CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

23. Diante ao exposto, considerando que existe manutenção da conveniência do objeto para a Administração ([0640928](#), [0640944](#), [0644177](#) e [0644911](#)), esta assessoria jurídica **não encontra óbice na prorrogação por mais 12 (doze) meses do prazo de vigência do Termo de Cooperação Técnica analisado**, com fundamento no artigo 57, § 2º, da Lei 8666/93 c/c na sua Cláusula Quarta do ACT nº 28/2019.

24. Ainda, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 esta Assessoria jurídica **APROVA** os termos da minuta carreada ao processo pelo evento [0646241](#).

25. Por fim, frisa-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto do ACT, bem como lhe não adentrar no mérito administrativos dos atos praticado no âmbito deste Regional.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 29/12/2020, às 13:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 29/12/2020, às 13:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0646337** e o código CRC **A89E23F2**.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001885-26.2019.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

ASSUNTO: 1ª Prorrogação da vigência. Acordo de Cooperação Técnica nº 28/2019 - Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO e TRE-RO.

DESPACHO Nº 2128 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de Acordo de Cooperação Técnica - ACT nº 28/2019 celebrado entre este Tribunal e a Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, com objetivo de comunhão de esforços para a instalação e funcionamento do PAE citado, a fim de que haja atendimento ao eleitor com coleta de dados biográficos e biométricos no município referido, com assunção de responsabilidades próprias de cada partícipe ([0470415](#)).

Considerando a proximidade do termo final do referido ACT, verifica-se presente a utilidade do atendimento local aos eleitores no Município de São Francisco do Guaporé, tendo em vista a distância da sede do Fórum Eleitoral no Município de Costa Marques, de forma que por meio do referido ACT, este Tribunal facilita o acesso aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral a todos na localidade, bem assim, o interesse do referido Município em dar continuidade ao Acordo, formaliza-se o presente Termo Aditivo de prorrogação do ACT, o qual, manterá todos os termos obrigações acordadas consignadas no ACT original.

Por sua vez, a SECONT elaborou minuta de Termo Aditivo, conforme evento nº [0646241](#).

Instada, a AJDG aprovou os termos da minuta elaborada pela SECONT, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, e opinou pela possibilidade da prorrogação do ACT ([0646337](#)).

A SAOFC se manifestou nos mesmos termos da AJDG ([0646362](#)).

Primeiramente, a instalação de Posto de Atendimento ao Eleitor naquela localidade encontra amparo na Resolução TRE/RO nº 23/2019, cujo objetivo é não causar prejuízo ao eleitor e não dificultar o acesso aos serviços eleitorais. Ademais, o município de São Francisco do Guaporé possui 10.762 (dez mil setecentos e sessenta e dois) eleitores aptos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e está situado a cerca de 110 quilômetros de distância do cartório da 5ª Zona Eleitoral, atendendo, portanto, os critérios definidos na norma deste Regional.

Com efeito, as parcerias buscadas por meio dos Acordos de Cooperação têm como objetivo a mútua cooperação técnica, visando execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.

Nesses termos, verifica-se que o acordo de cooperação que se pretende firmar encontra-se em conformidade com os parâmetros normativos da Lei nº 8.666/93, bem como as partes do ajuste se encontram no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, estando claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

Pelo exposto, com fulcro no artigo 1º, inciso II, da Portaria GP nº 66/2018, esta Diretora-Geral **autoriza** a prorrogação do Acordo de Cooperação Técnica nº 28/2019 ([0470415](#)), por mais 12 (dozes) meses, a contar de 01/01/2021 a 31/12/2021, mantendo-se todas as suas cláusulas, materializada na minuta do Termo Aditivo n. 1 ([0646241](#)) ao referido Acordo, elaborada pela SECONT e devidamente aprovada pela Assessoria Jurídica da AJDG [0646337](#).

À SAOFC para formalização e publicação do termo aditivo e demais providências pertinentes.

Ao GABDG para encaminhamento de cópia do Despacho [0644911](#) à Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, em resposta ao Ofício nº [0640952](#).



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 30/12/2020, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0646511** e o código CRC **0EA7E9BB**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 015949082372, versão 11 por 000396362321 em 30/12/2020
11:08:01.